

A Constituinte

Mais problemas para o PMDB

Fala-se em rodízio na liderança da bancada, mas há dúvidas sobre a validade da fórmula. E a crise se agrava com o boicote a Sant'Anna.

Apesar de já existir uma lista de candidatos à liderança do PMDB na Constituinte o partido ainda não se decidiu. A tendência, contudo, é fazer com que o líder do PMDB na Câmara seja também o da Constituinte. Os parlamentares estão reagindo ao movimento em favor de Mário Covas, argumentando que o mais conveniente seria um rodízio entre o líder da bancada no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e o líder na Câmara, Luiz Henrique. Mas essa fórmula provocou algumas dúvidas: o líder do PMDB na Constituinte, sendo também líder na Câmara, poderia participar do Conselho Político do governo? E se assim proceder, não estaria comprometendo a autonomia da Constituinte, já que estaria subordinado ao Executivo?

Mas as desavenças dentro do PMDB não terminam aí. A briga entre os líderes do PMDB e do governo é cada vez maior. Ontem, Carlos Sant'Anna enfrentou seu dia mais difícil desde que assumiu a liderança do governo — e o pivô involuntário da crise foi o ministro Dilson Funaro, da Fazenda. Convidado por Sant'Anna para um encontro com a bancada do PMDB, amanhã, na Câmara, com confirmação do líder do Partido, Luiz Henrique, Funaro foi depois desconvidado por Ulysses Guimarães e pelo próprio Luiz Henrique, sem que o líder do governo fosse sequer comunicado.

Desavisado do adiamento das explicações que Funaro daria ao partido sobre a moratória e das medidas econômicas internas que o governo pretende tomar, Sant'Anna reuniu os coordenadores das bancadas do PMDB nos diversos Estados para pedir apoio à sua liderança e, também, discutir a visita do ministro da Fazenda. Depois de uma hora de discussões sobre a conveniência ou não de que parlamentares de outros partidos participassem do debate com Funaro, Sant'Anna foi informado por jornalistas e uma assessora de que o encontro já fora cancelado.

Demonstrando habilidade política e aproveitamento as opiniões divergentes, o líder do governo propôs então que discutiria com o líder do PMDB o adiamento do debate com Funaro, porque o ministro já se comprometera a ir à Câmara espontaneamente, logo depois de 1º de março, quando será instalada oficialmente a nova legislatura do Congresso. E a reunião terminou com todos manifestando apoio a Sant'Anna, além de elogiar sua iniciativa de transformar os coordenadores das bancadas em seus vice-líderes.

Só então através de uma série de telefonemas a Dilson Funaro e Ulysses Guimarães, ele soube oficialmente do cancelamento da visita do ministro.

Um dia duro

Depois da maratona de domingo último, quando deixou a Câmara à meia-noite, Sant'Anna foi acordado às 7 horas de ontem, para dar uma entrevista à Rádio Pampa, de Porto Alegre. Conversou também com o prefeito baiano de Itaberaba e, pouco depois, às 8 horas, já estava em seu acanhado gabinete preparando a audiência semanal com o presidente Sarney.

Logo começava uma série de telefonemas que fez o líder do governo viver seu "dia de cão". Conversou com Funaro pedindo que antecipasse para hoje sua ida ao Congresso, para evitar a coincidência com a votação do novo substitutivo do Regimento Interno da Constituinte. O ministro explicou que já tinha compromissos e que só poderia ir mesmo amanhã.

Sant'Anna pediu também a Funaro para que parlamentares de outros partidos participassem do debate, explicando que já tinha inclusive um ofício do líder do PDS, Amaral Neto, pedindo para estar presente ao encontro. O ministro respondeu que não haveria nenhum problema, porque queria que tudo tivesse a "maior transparência possível". E ficaram de acertar os detalhes mais tarde.

O líder do governo telefonou ainda ao líder do PMDB comunicando o diálogo com Funaro e deu início aos preparativos do debate, escolhendo pelo seu conforto e amplitude o Auditório Petrônio Portella, do Senado.

Na audiência com o presidente Sarney, Sant'Anna fez um relatório sobre as negociações em torno do Regimento Interno da Constituinte e dos problemas de soberania. Comunicou também as dificuldades que estava tendo na liderança do governo, com algumas resistências, mas que estava conse-

guindo superá-las. Lembrou que tem dificuldades até de espaço físico, dividindo-se provisoriamente entre seu gabinete de deputado no quinto andar e a sala da Comissão de Saúde, no subsolo da Câmara. Sant'Anna perguntou sobre a situação das instalações desativadas da vice-presidência da República na Câmara, recebendo a informação de que já tinham sido liberadas.

Só que aí está mais um ponto de atrito para Sant'Anna: Ulysses Guimarães quer as salas da vice-presidência para os três secretários e os dois vice-presidentes da Constituinte.

Carlos Sant'Anna comentou também com o presidente que a moratória estava contribuindo para unir o partido e facilitar seu trabalho como líder do governo. A ida de Dilson Funaro à Câmara foi comunicada.

Depois de cumprimentar o ministro Ivan de Souza Mendes, do SNI, pelo seu aniversário, o líder do governo voltou ao meio-dia para seu gabinete e telefonou novamente para o ministro da Fazenda. Funaro explicou que iria à Câmara debater amanhã, mas que ficaria só de 9h30 até 12h30, porque não podia se afastar muito do ministério por estar em contato permanente com os credores internacionais.

Último a saber

Depois do almoço com seus filhos André e Celso, no próprio restaurante da Câmara, Sant'Anna foi para seu gabinete na Comissão de Saúde, para encontro com alguns deputados. Em novo contato telefônico com o deputado Luiz Henrique, às 14h30, discutiu os detalhes finais da visita de Funaro, ficando acertado por sugestão do líder do PMDB que o debate seria no Auditório Nereu Ramos, por se tratar de uma iniciativa da Câmara.

As 15h30 Sant'Anna começou o diálogo com os coordenadores das bancadas do PMDB. Depois de explicar como chegou a líder do governo e que entendia a função como união de todos que sustentam o governo e também do PMDB, recebeu a solidariedade geral e comunicou em seguida o convite para Funaro ir ao Congresso — agora, independente de sua convocação depois de 1º de março.

Começou uma grande discussão, com o deputado Bernardo Cabral, temendo que membros da oposição pudessem aproveitar a ocasião para insultar o ministro da Fazenda. Roberto Rollemberg, coordenador da bancada do PMDB de São Paulo, aceitava a presença de outros partidos, desde que não participassem dos debates.

Ele mudou de posição e propôs o adiamento da visita de Funaro, mas o deputado Lélcio de Souza, coordenador da bancada do Rio Grande do Sul, não aceitou: disse que o ministro deveria falar só com a bancada. "Para que possamos cobrar os problemas econômicos dele, até em linguagem dura, o que não será possível em reunião aberta, ou no plenário, depois de 1º de março". Sant'Anna insistiu que iria conversar sobre o assunto com Luiz Henrique. E encerrou a reunião.

As 17h45 Sant'Anna conseguiu falar com Funaro, que lhe comunicou sua disposição de ir à Câmara amanhã, mas que havia um recado de Luiz Henrique, dizendo que Ulysses Guimarães pedira para cancelar o debate, por causa da votação do Regimento da Constituinte. O líder do governo prosseguiu com a entrevista diária que tem com a imprensa, com sua assessora tentando comunicar-se com Ulysses.

Finalmente, às 17h55, ele falou com o presidente do PMDB. Um diálogo curto e tenso. Ulysses confirmou o cancelamento do encontro com Funaro e o líder do governo comentou: "Lamento. Mas, afinal, ele é o presidente do partido, da Câmara e da Constituinte, mas expliquei que vamos pagar pesado ônus por isso — maior que qualquer problema que teríamos se o debate fosse mantido".

Contou que a resposta de Ulysses Guimarães foi concisa: "pois eu não penso assim e estou preocupado é com o Regimento. Não quero que nada nos desvie desse objetivo".

O líder do governo tentou falar imediatamente com Funaro, mas o ministro não estava em seu gabinete. Resolveu continuar com sua agenda, além de prosseguir nos encontros com várias correntes parlamentares, tentando a difícil tarefa de superar as hostilidades e consolidar a liderança do governo.



Ulysses, satisfeito com o trabalho de Fernando Henrique.

Em defesa de todos os sexos, inclusive o terceiro.

A nova Constituição terá capítulo "Dos direitos e garantias do homem e da mulher?" ou "Dos direitos e garantias individuais?" O deputado-constituinte Rui Nedel, do PMDB gaúcho, da região de Missões, onde impera o machismo, apresentou outra opção: "Direitos e garantias da pessoa humana". Explicou que a nova Constituição deve proporcionar garantias também às pessoas do terceiro sexo, ou de sexo indefinido, acrescentando, ainda, que os avanços da medicina

na área dos implantes e transplantes de sexo não podem ser ignorados pelos constituintes, que devem se preocupar em fazer uma Constituição moderna, "que olhe para o futuro". Esquecer hoje os homossexuais, na sua opinião, pode representar "um problema para amanhã". Perguntado a respeito da proposta, esclareceu que ela não foi sugerida por nenhuma associação ou grupo gay, nem atende a nenhuma promessa de campanha. "As minorias não podem ser esmagadas pela maioria", explicou Rui Nedel, dizendo que a questão indígena também faz parte da sua plataforma. Aproveitando a reabertura do prazo para apresentação de emendas, ontem, o deputado José Costa (PMDB-AL) propôs um projeto fixando os valores dos subsídios dos constituintes em fixo e uma ajuda de custo de igual valor. Em compensação, eles deixariam de receber qualquer outra importância de órgãos públicos, deixando, portanto, de ganhar também como senadores e deputados. Já Vicente Vogo (PMDB-RS) propôs alteração ao regimento para proibir ex-parlamentares de circular pelo plenário, evitando, assim que atuem como lobistas. "Eles poderiam defender boas e más causas", alegou. Isso será possível suprimindo do art. 44 a expressão "ex-parlamentares", dentre as pessoas que podem ser admitidas — constituintes, funcionários e jornalistas credenciados.



MISSÃO
BROSSARD

Balanço: os governadores querem 6 anos para Sarney.

A maioria dos governadores eleitos é favorável à manutenção do mandato de seis anos para o presidente Sarney, segundo reafirmou ontem o ministro Paulo Brossard, da Justiça, ao sair da audiência com o presidente, quando fez um relato sobre a visita que realizou a todos os Estados, mantendo contato com os futuros governadores. Entretanto, Brossard destacou que nunca partiu dele a iniciativa de tratar sobre o assunto com os governadores eleitos. Eram sempre eles que levantavam o tema, explicou Brossard. O ministro também disse que não comentou esse assunto na audiência com o presidente Sarney.

O presidente tem nos governadores, segundo o ministro, um conselho de primeira ordem, dos mais qualificados. Por isso, Paulo Brossard levantou a hipótese de o presidente reunir-se periodicamente com todos os governadores. Entretanto, também garantiu que não tratou do assunto com o presidente justificando que a idéia da reunião era apenas um "ponto de vista pessoal".

A reforma ministerial também não integrou a pauta de conversação do ministro com os governadores eleitos. Ele, inclusive, é de opinião que o presidente da República não deve, necessariamente, discutir esse assunto com os governadores, apesar de entender que nada impede Sarney de consultar um ou outro governador sobre a questão, dependendo de sua vontade.

Conselho

A imediata fixação do mandato do presidente Sarney pela Constituinte foi defendida no domingo, em Teófilo Otoni (MG), pelo governador mineiro, Hélio Garcia. Segundo ele, o próprio presidente da República já deveria ter tomado uma iniciativa neste sentido para "contribuir com uma saída para a atual crise brasileira". "Se o presidente desejasse um conselho meu, eu lhe diria para propor logo à Constituinte a fixação do seu mandato", afirmou o governador.

Hélio Garcia, que defende apenas quatro anos para o mandato do atual presidente, afirmou que Sarney deve "verificar o período que considera necessário para fazer um bom governo e sugerir-lo aos constituintes". Ele ressaltou que, agindo assim, o presidente ganharia mais força, inclusive, para negociar a dívida externa. "Com a indefinição fica difícil negociar, pois quem discute quer saber até quando o seu interlocutor permanecerá no cargo", explicou.

Garcia salientou, também, que a simples fixação de eleições presidenciais contribuirá para o surgimento de "novos líderes nacionais". "Falta ao Brasil a figura de um líder", por isso "o povo brasileiro está praticando um voo cego, sem radar para se orientar", disse Hélio Garcia. "Todo país, quando está em crise, procura se orientar por um grande líder, e eu, incluindo-me entre todos os políticos, não vejo nenhum líder nacional neste momento", acrescentou o governador.